

10º Encontro da ABCP
Belo Horizonte
30 de agosto a 02 de setembro de 2016

AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**“AS MULHERES DIZEM NÃO”: UMA REFLEXÃO (TEÓRICA-NORMATIVA)
SOBRE AS CONDIÇÕES DE ESCOLHA E LIBERDADE DAS MULHERES.**

Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias (UEM)

“As mulheres dizem não”: uma reflexão (teórica-normativa) sobre as condições de escolha e liberdade das mulheres.

Maria Lígia G. Granado Rodrigues

Resumo:

“As mulheres dizem não”. Esta é a capa de um periódico semanal que relata as manifestações de rua de mulheres na última semana de outubro de 2015. Em um momento em que as questões de gênero colocam-se em evidência: - a “violência contra a mulher” foi tema da redação do ENEM e além disso, a celebre formulação de Beauvoir destaca-se como questão desta prova. Ao mesmo tempo, comentários pedófilos e sexistas pululavam nas redes sociais Brasileiras e dois movimentos de mulheres ganham relevo.

O primeiro movimento, a campanha nas redes sociais sobre o #primeiro assédio, e o segundo, as marchas de rua contra o infame projeto de lei, conhecido como PL do Aborto (Projeto de Lei (PL 1545/ 2011)).

Desde 2104, o tema gênero parece ganhar visibilidade, tanto entre grupos e movimentos de promoção do feminismo, como também para os seus ferrenhos opositores. Estaria o feminismo vivendo a sua onda pop no Brasil?

A matéria da revista citada começa de maneira otimista: “A voz feminina se impõe nas ruas e nas redes sociais e se torna protagonista na luta pelos direitos civis, pelo fim do assédio, da intolerância e até pela cassação do deputado Eduardo Cunha” (Brandalise e Perez, 2015). Porém, Em que condições estas vozes falam *não* e o seu *não* é, ou pode ser ouvido e efetivado? E mais, *de quem* são estas vozes femininas que vão à rua?

Como aponta Bia Cardoso (2015), os veículos de comunicação, ao retratarem o feminismo, em geral utilizando-se de imagens de mulheres jovens, brancas, bonitas, não possuem nenhum comprometimento com a diminuição das desigualdades, e estão surfando na “onda feminista”. É possível dizer que o feminismo no Brasil vive um “momento pop”. Certamente, as redes sociais possuem um papel importante nisso, embora este momento aconteça dentro e fora delas: páginas, perfis, ações e coletivos feministas se articulam e ganham vida não só em partidos políticos e redutos universitários, mas em escolas e comunidades periféricas. O feminismo, que sempre soubemos ser múltiplo, torna-se ainda mais plural na sua apropriação, vivência e conflito. Temos então que levar em consideração as discordâncias e disputas dentro do próprio feminismo, assim como as disputas e reivindicações políticas feministas, o que torna a tarefa de pensar “o grito das mulheres” como algo bastante complexo e ambíguo.

Meu ponto de vista é que ideais políticos como de justiça, autonomia e liberdade possuem não só uma capacidade normativa e explicativa, mas carregam consigo um potencial político de análise e intervenção no mundo. Neste artigo, pretendo explorar as possibilidades de escolhas das mulheres, tendo em vista que escolhas se realizam em contextos sociais complexos, e seguindo as formulações de Nancy Hirschmann, são fundamentais para a construção das opções disponíveis, como também para a formação do sujeito que escolhe e sua percepção sobre o que lhe é possível.

Quando afirmamos que mulheres gritam *não* à uma série de imposições sociais e decisões políticas precisamos pensar no contexto em que estes gritos são bradados. Sabemos que a teoria feminista coloca questões fundamentais para a teoria política, ao escancarar a inexistência de um sujeito universal e apontar a não neutralidade das instituições políticas que se consolidam e se legitimam na divisão sexual do trabalho. Desta forma, a teoria feminista aponta que não é mais possível pensar nas grandes questões filosóficas sem a consideração das sujeitas e sujeitos em seus contextos. Porém, as experiências das mulheres não podem ser ponderadas sem levar em conta que há diferentes marcadores de desigualdade que posicionam, as diferentes sujeitas, de maneiras desiguais nas estruturas sociais, e que portanto, uma demanda feminista por igualdade deve levar em consideração que mulheres são subordinadas também por outras mulheres.

Meu argumento é que a despeito da pluralidade, ambiguidade e conflitos que caracterizam o campo discursivo feminista, ideias teóricas podem nos oferecer um horizonte de atuação e proposições filosóficas-políticas. Considero os temas da dominação e opressão centrais para a teoria feminista. Conforme Young (1990, p.41), a opressão pode ser caracterizada tanto pelas “desvantagens e injustiças que algumas pessoas sofrem não em decorrência de um poder tirânico coercitivo, mas por causa de práticas cotidianas de uma sociedade liberal bem intencionada”, como refere-se também a “constrangimentos sistemáticos” e neste sentido é “mais estrutural do que resultado de escolhas e políticas de algumas pessoas”. Assim, este artigo se propõe a pensar as possibilidades de “dizer não” em um contexto de dominação e opressão estrutural.

Palavras-Chave: Opressão, Desigualdades, Liberdade, Mulheres.

“As mulheres dizem não”: uma reflexão (técnica-normativa) sobre as condições de escolha e liberdade das mulheres.

*What's free to me? Same thing it is to you. You tell me,”
(...) It's just a feeling. It's just a feeling. It's like how do you tell somebody how it feels to be in love? How are you going to tell anybody who has not been in love how it feels to be in love? You cannot do it to save your life. You can describe things, but you can't tell them. But you know it when it happens. That's what I mean by free. I've had a couple times on stage when I really felt free and that's something else. That's really something else! I'll tell you what freedom is to me: NO FEAR! I mean really, no fear. If I could have that half of my life. No fear! Lots of children have no fear. That's the only way I can describe it. That's not all of it, but it something to really, really feel. Like a new way of seeing. Like a new way of seeing something.*

Nina Simone, Nova York, 1968 em Netflix, documentário original, What Happened, Miss Simone? Dirigido por Liz Garbus, 2015

“As mulheres dizem não”¹. Esta é a capa de um periódico semanal que relata as manifestações de rua de mulheres na última semana de outubro de 2015. Em um momento em que as questões de gênero colocam-se em evidência: - a “violência contra a mulher”² foi tema da redação do ENEM e além disso, a celebre formulação de Beauvoir³ destaca-se como questão desta prova. Ao mesmo tempo, comentários pedófilos e sexistas⁴ pululavam nas redes sociais Brasileiras e dois movimentos de mulheres⁵ ganham relevo.

¹ Capa da Revista Isto é. Ano 38, n. 2397, 11 nov/ 2015. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/440121_O+GRITO+DAS+MULHERES

² A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” foi o tema para a redação, proposto no domingo 25/10/2015 aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/10/tema-da-redacao-do-enem-e-violencia-contra-a-mulher>

³ Aqui, dados da questão: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/10/com-simone-de-beauvoir-enem-teve-questao-sobre-feminismo/> E aqui, um exemplo da reação conservadora à ela: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/30/vereadores-de-campinas-aprovam-mocao-contra-enem-e-simone-de-beavoir.htm>

⁴ Refiro-me neste momento, ao caso da menina Valentina, uma participante de um programa televisivo que foi objeto de comentários pedófilos, machistas, sexistas: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-masterchef-junior-e-a-sexualizacao-infantil-9362.html>

⁵ Neste mesmo período, houve também o movimento #AgoraÉQueSãoElas, em que colonistas homens cederam espaço para mulheres escreverem, e ainda uma campanha de imagens, organizada pela revista época com o título #primavera das mulheres

O primeiro movimento, a campanha nas redes sociais sobre o #primeiro assédio⁶, e o segundo, as marchas de rua contra o infame projeto de lei, conhecido como PL do Aborto (Projeto de Lei (PL 1545/ 2011))⁷.

Desde 2104, o tema gênero parece ganhar visibilidade, tanto entre grupos e movimentos de promoção do feminismo, como também para os seus ferrenhos opositores. Estaria o feminismo vivendo a sua onda pop⁸ no Brasil?

A matéria da revista citada começa de maneira otimista: “A voz feminina se impõe nas ruas e nas redes sociais e se torna protagonista na luta pelos direitos civis, pelo fim do assédio, da intolerância e até pela cassação do deputado Eduardo Cunha” (Brandalise e Perez, 2015). Porém, Em que condições estas vozes falam *não* e o seu *não* é, ou pode ser ouvido e efetivado? E mais, *de quem* são estas vozes femininas que vão à rua?

Como aponta Bia Cardoso (2015), os veículos de comunicação, ao retratarem o feminismo, em geral utilizando-se de imagens de mulheres jovens, brancas, bonitas, não possuem nenhum comprometimento com a diminuição das desigualdades, e estão surfando na “onda feminista⁹”. É possível dizer que o feminismo no Brasil vive um “momento pop”. Certamente, as redes sociais possuem um papel importante nisso, embora este momento aconteça dentro e fora delas sociais: páginas, perfis, ações e coletivos feministas se articulam e ganham vida não só em partidos políticos e redutos universitários, mas em escolas e comunidades periféricas. O feminismo, que sempre soubemos ser múltiplo, torna-se ainda mais plural na sua apropriação, vivência e conflito. Temos então que levar em consideração as discordâncias e disputas dentro do próprio feminismo, assim como as disputas e reivindicações políticas feministas, o que torna a tarefa de pensar “o grito das mulheres” como algo bastante complexo e ambíguo.

Não é minha intenção fazer uma história do movimento feminista no Brasil, adoto a proposta de Sonia Alvarez (2014) de não mais falar em movimento (s) feminista (s) brasileiro ou latino americano, mas sim, enquadrar os feminismos como campos discursivos de ação, em que as disputas se tornam um componente discursivo que articula o próprio campo feminista. Meu propósito é refletir se diante da pluralidade de demandas e posicionamentos

⁶<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>

⁷ Embora posterior a esta última semana de outubro, é importante destacar a marcha das mulheres negras, que aconteceu na semana da consciência negra em Brasília e que ganha nota (e não destaque) na “grande mídia” por ter sido marcada por tumultos: <http://www.marchadasmulheresnegras.com/> e <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/marcha-de-mulheres-negras-e-marcada-por-confronto-denuncias-e-tiros,42859d1188a92f65ebd43e5f3f2cc0bc3hr4lgqs.html>

⁸ Termo emprestado do blogueiras feministas: <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/feminismo-e-resistencia/>

⁹ Referência de Bia Cardoso ao texto de Carol Moreno, Do #linguageday ao #AgoraÉQueSãoElas o machismo morreu? Publicado na plataforma médium em 3 de novembro de 2015, disponível em <https://medium.com/@anarina/do-linguageday-ao-agora%C3%A9ques%C3%A3oelas-55d51220114a#.mnsxp5jjn>

ainda é possível pensar em um ponto de encontro, uma “tradução politicamente motivada¹⁰” capaz de interconectar os feminismos em sua multiplicidade.

Meu ponto de vista é que ideais políticos como de justiça, autonomia e liberdade possuem não só uma capacidade normativa e explicativa, mas carregam consigo um potencial político de análise e intervenção no mundo. Neste artigo, pretendo explorar as possibilidades de escolhas das mulheres, tendo em vista que escolhas se realizam em contextos sociais complexos, e seguindo as formulações de Nancy Hirschmann, estes contextos são fundamentais para a construção das opções disponíveis e também para a formação do sujeito que escolhe e sua percepção sobre o que lhe é possível.

Quando afirmamos que mulheres gritam *não* à uma série de imposições sociais e decisões políticas precisamos pensar no contexto em que estes gritos são bradados. Sabemos que a teoria feminista coloca questões fundamentais para a teoria política, ao escancarar a inexistência de um sujeito universal e apontar a não neutralidade das instituições políticas que se consolidam e se legitimam na divisão sexual do trabalho. Desta forma, a teoria feminista aponta que não é mais possível pensar nas grandes questões filosóficas sem a consideração das sujeitas e sujeitos em seus contextos. Porém, as experiências das mulheres¹¹ não podem ser ponderadas sem levar em conta que há diferentes marcadores de desigualdade que posicionam, as diferentes sujeitas, de maneiras desiguais nas estruturas sociais, e que portanto, uma demanda feminista por igualdade deve levar em consideração que mulheres são subordinadas também por outras mulheres.

Meu argumento é que a despeito da pluralidade, ambiguidade e conflitos que caracterizam o campo discursivo feminista, ideias teóricas podem nos oferecer um horizonte de atuação e proposições filosóficas-políticas. Considero os temas da dominação e opressão centrais para a teoria feminista. Conforme Young (1990, p.41), a opressão pode ser caracterizada tanto pelas “desvantagens e injustiças que algumas pessoas sofrem não em decorrência de um poder tirânico coercitivo, mas por causa de práticas cotidianas de uma sociedade liberal bem intencionada”, como refere-se também a “constrangimentos sistemáticos” e neste sentido é “mais estrutural do que resultado de escolhas e políticas de algumas pessoas”. Assim, este artigo se propõe a pensar as possibilidades de “dizer não” em um contexto de dominação e opressão estrutural.

Feminismos e o desvelo das situações de opressão

¹⁰ Termo inspirado na citação que Alvarez faz de Costa. Alvarez, 2014, p;48.

¹¹ Entendo como mulheres aquelas que se identificam como mulheres, e adoto o termo mulheres, para tratar de um grupo (no sentido dado por Young) social, porém, a ideia é que os argumentos aqui mobilizados para pensar nas mulheres podem e devem ser mobilizados para pensar em qualquer grupo em situação de desvantagem. Não retomarei a construção de mulheres como Serialidade de Young, algo que desenvolvi, ainda que rapidamente em Elias (2014)

Pensar as possibilidades de “dizer não” é, de certa forma, pensar as possibilidades de fazer escolhas para as pessoas. Como dito na introdução deste texto, o que queremos é refletir sobre essas possibilidades, realizadas de forma individual ou coletiva, em um contexto em que é possível identificar sistemáticas barreiras à elas. É importante notar que se por um lado a metáfora de barreiras ao acesso à bens sociais nos ajuda à ilustrar a questão das desigualdades, tal imagem não nos é suficiente. Desigualdades estruturais atuam para a além de uma noção de barreira que *impede* o sujeito de escolher ou conseguir aquilo que seria fruto de sua livre escolha, é algo mais complexo e difuso que isso.

A ideia de opressão¹² objetiva iluminar o fato de que há estruturas sociais que independem da atuação específica de um grupo ou pessoa que domina, como também de construções sociais complexas que funcionam de uma maneira sistemática. Desta forma, opressão pode ser entendida como impedimento às escolhas livres, no entanto, vai além disso.

O caráter sistemático, estrutural, da opressão aponta para uma questão que tem sido colocada por diferentes perspectivas teóricas e feministas, e que nas elaborações de Nancy Hirschmann (2003) é explicada pela ideia de construção social do sujeito, isso é, tanto as escolhas como as próprias sujeitas e sujeitos que [em diferentes graus] fazem essas escolhas, são forjados objetiva e subjetivamente *por e através* dos contextos sociais. A percepção das sujeitas (individual e também coletivamente) sobre si próprias, sobre o mundo ao seu redor, sobre o que lhes está ou não disponível, se estabelece em contextos. Dessa forma, pensar situações de desigualdades sociais que não levem em conta o fato de que sujeitas são construídas nesses contextos, obscurece elementos que julgamos essenciais para pensarmos as possibilidades de “dizer não” em contextos opressores.

Partindo do uso que os movimentos sociais das décadas de 60 e 70 deram a ideia de opressão, Young chama atenção para o caráter estrutural e ampliado desta ideia, que passa a descrever e englobar um conjunto de situações e injustiças, que a autora divide em cinco categorias, ou cinco faces: exploração, marginalização, falta de poder, imperialismo cultural e violência (YOUNG, 1990). O caráter ampliado da opressão, que vai além de interações em que a dominação possa ser identificada, são sob o meu ponto de vista, fundamentais para a compreensão sobre liberdade e as possibilidades de “dizer não”. Segundo a autora,

Opressão designa as desvantagens e injustiças que algumas pessoas sofrem não por quê um poder tirânico as coagem (no sentido de uma tirania exercida pelo grupo no governo) mas por causa de práticas cotidianas de uma sociedade liberal bem intencionada. (...). Nesse sentido, a opressão é estrutural e não o resultado de escolhas ou políticas de alguns grupos ou pessoas. Sua causa está incorporadas em normas não questionadas, hábitos, e símbolos, na premissa subjacente de regras institucionais e e nas

¹² Desenvolvi melhor isso em Elias, 2015

consequências coletivas de seguir estas regras. (...) Nesse sentido estrutural estendido opressão se refere a vastas e profundas injustiças que alguns grupos sofrem como consequência de pressupostos e reações frequentemente inconscientes de pessoas bem-intencionadas em interações comuns que são apoiadas pela mídia e por estereótipos culturais, bem como pelas características estruturais das hierarquias burocráticas e mecanismos de mercado – em resumo, o processo normal da vida cotidiana (...) ¹³ (YOUNG, 1990, p. 41, tradução livre)

Young esclarece que dar atenção às opressões ampliadas, e ousar dizer, difusas, não negam a existência das situações de dominação entre grupos e indivíduos em que agentes são de fato identificáveis. Do ponto de vista deste trabalho, a ideia de opressão é fundamental para compreendermos que fazer escolhas, envolvem questões sociais que não podem ser adequadamente tratadas apenas do ponto de vista individual, portanto, é imperativo nos atentarmos para as estruturas sociais que situam as diferentes sujeitas em diferentes “lugares” sociais.

A opressão possui diversas facetas, sendo a violência contra mulher uma das faces da opressão de gênero. Explorar o caso desta violência nos possibilita visualizar como este é um caso em que, concomitantemente 1) é possível identificar agressores e dominadores específicos – aqueles que praticam o ato de violência em si; 2) a violência se insere em um plano muito mais amplo e complexo. Em maio de 2016, um dentre inúmeros casos de violência contra a mulher ganha ampla proporção midiática: trata-se do caso em que um vídeo com cenas de violência coletiva contra uma menor de idade “viraliza” nas redes sociais. Casos de violência contra a mulher são subnotificados, e ainda assim, dados estatísticos do Instituto Patrícia Galvão, baseados no 9º Anuário da Segurança Pública/2015, apontam para a ocorrência de 1 estupro a cada 11 minutos no Brasil¹⁴, uma realidade brutal contra a integridade das mulheres.

¹³ “Oppression designates the disadvantage and injustice some people suffer not because tyrannical power coerces them, but because every day practices of well intentioned liberal society (...) But oppression also refers to systemic constraints on groups that are not necessarily the result of intentions of tyrant. Oppression in this sense is structural rather than the result of a few people’s choice or policies. Its causes are embedded in unquestioned norms, habits, and symbols, in the assumptions underlying institutional rules and collective consequences of following those rules. (...) In this extended structural sense oppression refers the vast and deep injustices some groups suffer as a consequence of often unconscious assumptions and reactions of well-meaning people in ordinary interactions which are supported by the media and cultural stereotypes as well as by the structural features of bureaucratic hierarchies and market mechanisms – in short, the normal process of everyday life. We cannot eliminate this structural oppression by getting rid of the rulers or by making some new laws, because oppressions are systematically reproduced in the major economic, political and cultural institutions. (p.41)

¹⁴ Além de 179 relatos de agressão por dia, 5 espancamentos a cada dois minutos (para ver mais e ter acesso aos dados) <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/sobre-as-violencias-contra-a-mulher/> (acesso em 30/06/2016)

Este caso específico, embora não seja extraordinário¹⁵, nos ajuda a pensar sobre as possibilidades de escolher, de dizer “não” e de agir em contextos de opressão. Tratando deste caso, é importante notar que os encaminhamentos práticos da denúncia policial não partem de órgãos públicos, mas de mulheres individualmente conectadas em rede e em diferentes espaços (tanto no que diz respeito aos aspectos materiais, como virtuais de suas relações, assim como em diferentes redes de saber e especialidade). Mobilizadas diante do vídeo que lhes chegaram via rede social, estas mulheres se articularam e agiram prática e politicamente¹⁶.

Esta articulação de mulheres em alguma medida corrobora a visão de que os feminismos brasileiros estão vivendo o seu momento de efervescência. Trata-se de mais do que uma *onda pop*, uma vez que em sua pluralidade estabelece ações políticas fundamentais na busca por igualdade e justiça. Um segundo desdobramento deste caso, foi (e tem sido) a discussão sobre os aspectos estruturais da violência contra mulher, em especial a ampliação da discussão pública sobre a “cultura do estupro”.

Estes dois elementos já nos mostram que tratar de dominação e opressão envolvem múltiplas dimensões. Porém, ainda que tratar da violência contra mulher em duas frentes: 1) na criminalização e enfrentamento institucional da violência e; 2) em seu caráter cultural e cotidiano, já nos demandam ações políticas em diversas frentes, a nossa análise seria muito restrita se pararmos por aqui.

É fundamental situar ainda mais as sujeitas da violência. Pois se, por um lado está claro que a violência contra a mulher é um fenômeno global e geral, por outro, é evidente que há posicionamentos sociais que tornam algumas mulheres ainda mais vulneráveis que outras¹⁷. Vulnerabilidade, no sentido que emprego, não se restringe à ser objeto de violência, mas também no acesso à recursos e oportunidades para sair de situações de violência: ter atendimento, acolhimento e ainda, ao próprio entendimento pessoal sobre o significado da

¹⁵ Uma rápida busca em um portal de notícias como o G1 com a palavra-chave “estupro coletivo” nos leva a notícias de pelo menos 10 casos diferentes desta violência em um período de apenas um mês (neste caso, minha pesquisa refere-se ao mês de junho de 2016).

¹⁶ Articulação em rede que denunciou violência coletiva – “mulheres se articulam para denunciar vítima de estupro coletivo no rio” reportagem de Lucas Vettorazzo, folha de São Paulo em 04/06/2016 em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1778244-mulheres-se-articularam-para-apoiar-menor-vitima-de-estupro-no-rio.shtml> - acesso 27/06/2016

¹⁷ Apenas um exemplo (dentre muitos possíveis); destacamos como a violência é diferente entre mulheres brancas e negras “Há expressiva participação das mulheres negras nos dados de homicídios, que segundo informações do Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, no período 2003-2013, saltou de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Em contraposição, houve recuo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que caiu de 1.747 para 1.576 entre os anos. As vítimas de crimes violentos são mulheres jovens, a maioria entre 18 e 30 anos, negras e pobres. O estudo mostra ainda que 50,3% das vítimas são assassinadas por familiares e 33,2% dos crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. A partir destes dados podemos induzir que mulheres negras são as principais vítimas da violência doméstica no Brasil”. Em: [Mulheres negras e violência: Decodificando os números - Geledés](http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-violencia-decodificando-os-numeros/#ixzz4D5mzSFgw) <http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-violencia-decodificando-os-numeros/#ixzz4D5mzSFgw> (acesso 30/06/2016)

violência em suas vidas. Estes são elementos fundamentais para “os sins e os não” que cada mulher entende como possível, desejável ou necessário.

Desta forma, rapidamente identificamos a violência como uma face da opressão contra as mulheres, e que portanto, enfrentar a violência é uma questão de interesse das mulheres. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer as diferentes experiências entre as diferentes mulheres. Dentro do grupo mulheres, há ainda grupos como mulheres brancas, mulheres negras, mulheres pobres, mulheres periféricas e imigrantes, mulheres trans*, mulheres lésbicas e obviamente, dentro destes grupos mais gerais, teremos novos desdobramentos e ainda, diferentes experiências em decorrência da posição social das variadas combinações dentre estes e outros marcadores de diferença. Pertencer à um grupo, levando em conta sua pluralidade, sobreposições e relações, pode significar privilégios ou subjugações, o que impactará na eficácia (ou não) das medidas de enfrentamento à violência.

Diante da constatação da pluralidade das existências das mulheres e das diferentes formas de opressão que se interseccionam entre as diferentes sujeitas e sujeitos, o que em alguma medida, leva à disputas e desacordos internos ao campo ativista e teórico feminista, podemos, vez ou outra, polarizar o nosso olhar: - Ora, pensamos que a demasiada atenção às diferenças entre as mulheres podem enfraquecer nossas demandas políticas; - Ora, questionamos as demandas e propostas políticas em nome das mulheres por seu caráter parcial e/ou essencialista.

Não é de hoje que estas dificuldades estão presentes na reflexão feminista, afinal a teoria política feminista é também uma instância [de ação] política, como resumiram Okin e Mansbridge (1995). Um caminho para lidar com estas questões, pode ser recorrer à formulações como de Spivak (1990) e de Young (1994)¹⁸. Em contextos teóricos distintos, as autoras oferecem uma possibilidade semelhante para lidar com a complexa questão de fazer demandas em nome das mulheres e, ao mesmo tempo, fugir de essencialismos e normas generalizantes.

Segundo Spivak, nós podemos abrir mão de uma “pureza teórica” em prol de um “essencialismo estratégico”, isto é, mantermo-nos preocupadas com a heterogeneidade, mas, em alguns momentos, escolher um discurso universal. A universalização e a finalização são momentos irreduzíveis em qualquer discurso, então a atitude mais produtiva não seria a de se autodefinir como “específica”, “não universal”, mas sim ver o que no discurso “universalizante” pode ser útil e, ao mesmo tempo, manter a consciência de que esse discurso tem seus limites e desafios dentro do próprio campo, discorre a autora.

De maneira semelhante, Young (1994, p. 719) afirma que “negar a realidade de um coletivo social denominado mulher reforça o privilégio daqueles que se beneficiam em manter

¹⁸ Essa foi também minha estratégia em Elias, 2014.

as mulheres divididas. Se, em alguma medida, não entendermos as mulheres como um grupo, não poderemos conceituar a opressão como um processo sistemático, estruturado, institucional.

O uso estratégico de ideias mais gerais são uma maneira profícua para lidar com uma teoria e prática que tem como objetivo enfrentar situações de dominação e de opressão. Porém, temos que reconhecer que as distintas formas de enfrentar as situações de injustiça, e muitos dos instrumentos que utilizamos para este fim, são com frequência (e no melhor dos casos), mitigadores e não transformadores¹⁹ das estruturas sociais que subjagam uns e privilegia outros.

Teoria [política] normativa, e prática material e política embora tenham suas imbricações, não são exatamente a mesma coisa. Entretanto, o desafio que proponho à [nossa] reflexão feminista é: - mesmo que entendamos a teoria e prática política como esferas distintas de uma mesma coisa, não nos acomodemos com essa separação. Sabemos que qualquer ideal normativo não será colocado, em sua totalidade, na prática e compartilho de uma concepção pluralista de valores em que nem sempre é possível conciliar os grandes e importantes valores filosóficos.

Porém, pluralismo não significa relativismo. No caso deste *paper*, sua função é apenas nos atentar para o fato de que não estamos pensando em valores que sejam plenamente realizáveis: Que fique claro, este não é o horizonte de análise. A questão é: sabemos que liberdade não é uma questão total, ou seja, podemos falar em graus de liberdade, mas dentre as diferentes possibilidades de exercício da liberdade é evidente que algumas sujeitas e grupos estão estruturalmente em desvantagem, e essa é uma questão urgente. Flávia Biroli, falando de um outro valor fundamental, a autonomia, nos ajuda a entender este ponto: é fato que a autonomia seja, enquanto valor, imperfeitamente colocada em prática, o problema é quando ela é desigualmente imperfeita. Segundo a autora:

O complemento necessário ao entendimento de que a agência é imperfeita é o de que a agência é desigualmente imperfeita, permitindo considerar de que modo as formas de opressão e o acúmulo de desigualdades incidem sobre as condições sociais em que as preferências são produzidas. (Biroli, ANO p. 33)

Diante disso, a questão que gostaria de tencionar ainda mais é: - como fazer o uso estratégico de categorias como mulheres, tendo em vista que ao fazê-lo podemos estar perpetuando desigualdades entre mulheres? Como levar em conta as diferentes formas de ser e existir mulher, de fato, para além de uma nota de rodapé em nossas reflexões teóricas mais gerais? Realmente, essas não são questões de fácil solução, porém, reconhecê-las e

¹⁹ Aqui, tenho em mente, as nossas demandas por direitos, que embora sejam uma forma fundamental para enfrentar a desigualdade, ainda assim, tem caráter limitado. Estes argumentos foram melhor desenvolvidos em Elias e Machado (2016).

de alguma forma, procurar, se não responde-las, tê-las no horizonte de análise é central para reflexões sobre escolhas em contexto de opressão.

Wendy Smooth (2011) em sua análise sobre a atuação de congressistas negras nos EUA, oferece-nos uma maneira de pensar a ideia de “interesse de mulheres” que em si próprio leve em conta que interesses são plurais, complexos, fluidos, variados, enquanto mantem as possibilidades políticas de mobilização de grupo. Segundo a autora, a abordagem sobre interesses deve “levar em conta a coexistência de interesses compartilhados, bem como interesses divergentes sob o rótulo [do que chamamos] de “interesses das mulheres”. (Smooth, 2011, p. 437)

Smooth compartilha de uma perspectiva interseccional, que tem ganhado força desde as elaborações de Crenshaw, na década de 80, sobre as leis anti-discriminações norte americanas e que cada vez mais é levada em conta para a compreensão – e ação – de complexas e imbricadas relações que operam na vida das diferentes sujeitas e sujeitos. Desta forma, Smooth procura chamar atenção para a necessidade de uma abordagem que englobe o conteúdo conflitivo inerente à ideia de interesses. Para a autora essa perspectiva deve ser adotada nas diferentes frentes e elaborações feministas.

Novamente, nos vemos diante de construções sociais amplas, uma vez que abordagens transversais exigem mais do que esforço pessoal e boa vontade de pesquisadoras e ativistas. De acordo com a mesma autora, “para atrair financiamento, membros e ganhar notoriedade, os grupos estão muitas vezes sob grande pressão para apresentar-se como operando de forma clara no domínio de um problema: - raça, sexo, deficiência ou sexualidade²⁰”. (Smooth, 2011, tradução livre)

Tendo em vista os feminismos da América Latina, Sonia Alvarez (2014) detecta que no nosso caso, as ações feministas vão além do modelo tradicional de organizações da sociedade civil para incorporar outros atores individuais ou coletivos, incluindo o estado, igreja ou ONGs, por exemplo. Estes diferentes agentes estão em constante choque entre si e na negociação cultural e política. Este cenário faz Alvarez afirmar que, no caso da América Latina, é mais apropriado interpretar o feminismo como um " campo discursivo da ação" e não exatamente um movimento dividido em ondas.

Interpretar nossos feminismos como campos discursivos parece bastante adequado, principalmente tendo em vista o momento atual dos feminismos no Brasil, onde há uma emergência do discurso feminista plural, heterogêneo, não institucionalizado e em grande parte desconectado. Reconhecendo que os interesses das mulheres são múltiplos e até mesmo conflitantes, e que há uma diversidade e fragmentação de atores políticos que

²⁰ To attract funders and members, and gain notoriety, groups are often under great pressure to present themselves as clearly operating in one issue domain — race, gender, disability, or sexuality (Goldberg 2008; Valentine 2007).

constituem, o que Alvarez está chamado de campo discursivo da ação feminista, faz-se necessário, de acordo com a autora, buscar por uma política de tradução feminista. Assim, "seria importante agir politicamente a partir de um reconhecimento de que operamos em um universo discursivo parcialmente compartilhado" (Alvarez, 2014, p.46).

Alvarez retrata a diversidade das experiências das mulheres a partir de um exemplo tirado de Claudia Costa (2014) sobre as mulheres indígenas. De acordo com Costa, categorias como classe, raça e etnia, quando usadas por povos indígenas, não correspondem necessariamente aos significados geralmente atribuídos a estes termos [por "nós"²¹] ao longo da história. Portanto, tendo em vista a heterogeneidade, e ao mesmo tempo a vontade e a necessidade de construir conexões, ainda que parciais entre esses mundos, é necessário um trabalho de tradução²².

Gritar "não" – e ter seu grito reconhecido – em contexto de opressão

Evidentemente este artigo não oferece muitas soluções, e nem mesmo a reflexão aqui apresentada pode ser reivindicada como uma ferramenta analítica finalizada. Não é meu objetivo oferecer um texto academicamente acabado, no sentido de recortar um objeto e destrinchá-lo. Meu caminho é na direção oposta: é a de reivindicar que a elaboração teórica imperfeita pode ser um instrumento político (ainda que limitado) na luta por uma sociedade menos desigual.

Segundo Amy Elman (2013) um dos maiores obstáculos para grupos feministas que lutam contra violência de gênero, "foi e continua sendo, em primeiro lugar, provar a existência desta violência, e em segundo, convencer aos outros de que isso é errado"²³. Este artigo procura de alguma forma, evidenciar, quiçá bradar, pelo reconhecimento de que convivemos diariamente com formas de opressão brutais.

Reconhecer o caráter estrutural, nos coloca muitas vezes diante de dilemas sobre as possibilidades de enfrentamento destes modos complexos de dominação. Na segunda parte

²¹ Este nós, como veremos a seguir com algumas formulações de Lugones, é ainda mais complexo.

²² Em um outro contexto, Sacchi (2003) nos mostra a necessidade de tradução, observamos que a entrada de mulheres indígenas em esferas publicasse tomada de decisões políticas passa por uma necessidade em aprender a língua portuguesa, além de convivência com mulheres de outras etnias para a construção e tradução de suas pautas para o mundo político brasileiro. Sobre isso, ver também entrevista com Nelly Duarte (morubo) e Sandra Benites (guarani) publicada em 28/11/2015 e disponível em <http://www.geledes.org.br/entrevista-com-nelly-duarte-marubo-e-sandra-benites-guarani/> acesso em 29/06/2016

²³ Tradução livre de: For feminist movements and allies determined to make the world a more hospitable place by ending the violence of men and boys against women and girls, the greatest obstacle in confronting this male violence was (and sadly still may be) first proving that it existed and then convincing others it is was wrong.

deste texto afirmei que a maior parte dos instrumentos que mobilizamos para o enfrentamento das situações de opressão, são em grande medida limitados no seu caráter transformador. Porém, reconhecer as limitações de nossas ferramentas de forma alguma diminui a importância de mobilizá-las.

Este é o caso das demandas por leis específicas, como a lei Maria da Penha, e a Criminalização do feminicídio. Apesar de sozinhas não serem capazes de alterar todo o contexto de violência, são sem dúvida, instrumentos essenciais para a construção de novos contextos sociais. Como genialmente afirmou Wendy Brown (2000): “Dada a ainda precária e frágil condição da existência das mulheres em um mundo organizado por uma construção implacável e exploração da diferença sexual como subordinação, certamente os direitos apareceram como algo que não podemos não querer”.

A autora oferece importante análise sobre os paradoxos implicados na busca por direitos, e de certa forma, apontar ambiguidades e paradoxos tem sido tarefa constante dos diferentes feminismos. Graças às análises feministas críticas e seus esforços em evidenciar aquilo que teorias supostamente neutras acabavam deixando de lado, é que não é mais possível ignorar que “direitos iguais”, por si só, não eliminam padrões sistemáticos de injustiça.

Considerando especificamente o contexto social e a conjuntura política atual do Brasil, a luta por direitos torna-se crucial para os feminismos e vida das mulheres brasileiras. O atual cenário nos deixa alarmadas, pois uma rápida observação sobre fatos políticos recentes evidencia ofensivas contra pautas feministas e os ganhos já conquistados.

Questões políticas que tem um de seus atos o afastamento, em 12 de abril, de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita como presidenta do país aprofundam a exclusão (ou expulsão do espaço público) das mulheres enquanto interlocutoras políticas. Esta afirmação pode ser rapidamente corroborada com uma observação da composição ministerial, por apenas homens e brancos, como uma das primeiras ações do governo interino de Michel Temer²⁴. Somado à isso, a desintegração do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos²⁵ e ainda o fato de que a secretária das mulheres - Fátima Pelaes que

²⁴ Governo interino, assim que assume o poder Ministério de homens brancos - <http://www.correiodobrasil.com.br/temer-extingue-cgu-e-nomeia-ministerio-de-notaveis-suspeitos/> publicado em 13/05/ 2016 – acesso em 27/06/2016

²⁵ Ministério que já estava sofrendo ataques em seu caráter de enfrentamento a desigualdades, quando em 18/02/2016 havia sido retirado a expressão "da incorporação da perspectiva de gênero" do âmbito das suas atribuições.- http://www.seppir.gov.br/nota-do-ministerio-das-mulheres-da-igualdade-racial-e-dos-direitos-humanos-votacao-da-medida-provisoria-696-15_publicado_dia_18/02/2016_-_acesso_em_27/06/2016 e sobre a desintegração do ministério - http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/acoes-de-temer-sao-retrocesso-aos-direitos-humanos-diz-cidh_publicado_em_18/0/2016_-_acesso_em_27/06/2016

assume a secretaria que passa a ser integrada ao ministério da justiça - é notadamente uma voz conservadora e contrária às pautas feministas²⁶.

O quadro torna-se angustiante se lembrarmos que no mesmo dia em que as redes sociais são invadidas pelas imagens e denúncias de violência sexual coletiva cometida contra uma menor de idade, o ministro interino da educação, Mendonça Filho, recebeu em seu gabinete, para ouvir sugestões para a pasta, o ator Alexandre Frota, que já havia relatado publicamente que havia cometido estupro²⁷. A figura (abjeta) do ator, fazendo demandas para a educação brasileira, é infelizmente apenas mais um elemento de um composto de retrocessos que se tem colocado para a educação brasileira neste momento²⁸. E, ainda mais inquietante, é o fato de que a própria Lei Maria da Penha, que se estabeleceu como um marco na luta dos direitos das mulheres no Brasil, e que neste ano de 2016 comemora uma década, tem sua integridade ameaçada por propostas de mudanças (caso PLC 07/2016)²⁹.

Diante de tal quadro, o foco nos direitos, apesar de limitado, nos oferece pelo menos dois elementos essenciais: 1) a possibilidade de uma tradução feminista das pluralidades de existência das mulheres e ao fazer essa tradução, estabelecer publicamente uma pauta de interesse de mulheres; e 2) a possibilidade de resistência em um contexto político e social cada vez mais preocupante para aquelas e aqueles que estão nos lugares mais subalternos da sociedade.

Cabe notar que enfatizar as questões estruturais, e também seus retrocessos, não é de forma alguma dizer que isso é “tudo” ou que ao menos teríamos captado aquilo que seria mais importante sobre o momento em que vivemos: estamos longe disso. Enfatizar as opressões é, do meu ponto de vista, necessário para construirmos uma perspectiva ampliada do contexto em que estamos, pois compreender a situação é o primeiro passo para desenvolver estratégias para mudá-la, ou ainda, revolucioná-la. Lembremos de Chimamanda

²⁶ <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/05/31/nova-secretaria-de-mulheres-e-evangelica-e-contrario-o-aborto.htm> - publicado em: 31/05/2016 acesso em 27/06/2016

²⁷ Ver por exemplo o texto de Giane Ambrósio Álvares e Patrick Mariano publicado em 28 de maio de 2016 em - <http://justificando.com/2016/05/28/golpe-estupro-e-o-silencio-dos-responsaveis-a-luta-feminista-nao-tem-data-para-acabar/> acesso em 27/06/2016

²⁸ movimento “escola livre” em Alagoas que prevê punição de professores: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/26/deputados-de-al-aprovam-lei-que-pune-professor-que-opinar-em-sala-de-aula.htm> publicado em 26/04/2016 - acesso em 27/06/2016 . Movimento escola sem partido que ganha cada vez mais força, alguns pontos deste movimento detalhados aqui: <http://novaescola.org.br/dia-a-dia-na-educacao/perguntas-respostas-escola-sem-partido-doutrinacao-educacao-956440.shtml> publicado em 23/06/2016 - acesso em 27/06/2016

²⁹ “o artigo 12-B, previsto no PLC em questão, prevê que autoridades policiais decidam sobre o deferimento de medidas protetivas de urgência após o registro de ocorrência policial, com a justificativa de que o Poder Judiciário seria supostamente lento no deferimento das medidas protetivas de urgência. “Além de inconstitucional, a proposta permitirá que oficiais da Polícia Militar efetuem as prisões, uma vez que grande parte das delegacias Brasil afora não contam com delegados. As prisões portanto poderiam ser decretadas inclusive por militares” Disponível em <http://www.amb.com.br/novo/?p=28892> (acesso em 01/07/2016)

Adichie³⁰ (2009) que nos alerta para o perigo de uma história única, ainda que em diferentes versões. De fato, mulheres estão socialmente vulneráveis, de fato, mulheres negras, indígenas e Lgbts estão ainda mais vulneráveis, porém isso não é tudo sobre essas mulheres.

Lugones (2014) refletindo sobre a colonialidade de gênero sobre nós, mulheres latinas, afirma que a resistência se estabelece na tensão entre a *sujeitificação* e a *subjetividade ativa*. A resistência está na capacidade em que as comunidades oprimidas possuem *em si e entre si* de recusar significados e organizações sociais estabelecidas pelos poderes opressores. Nós, mulheres latinas, estaríamos situadas naquilo que a autora chama de *lócus fraturado*, e derivado desse lugar, a própria existência de quem é colonizado, é em si um ato de resistência.

A resistência acontece pois a colonialidade (e, fazendo um paralelo com o vocabulário que estamos usando neste trabalho – os sistemas de dominação) circula e se infiltra em cada aspecto da vida como: o corpo, o trabalho, a lei, os impostos, a propriedade e a terra, entretanto, essa “infiltração” não é simplesmente passiva, aquele que é oprimido não “absorve” o poder que se impõe, mas o elabora e o reinventa criativamente. Portanto, falar de colonialidade e de sistemas de opressão que se impõe, não é falar de seres passivamente subjugados, mas de uma relação tensa. E, sobre resistência Lugones sustenta que:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempospaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (Lugones, 2014, 949)

A vida resiste. Desta forma, cabe-nos notar que o contexto de opressão realmente coloca custos altos para as vozes das mulheres e custos ainda mais altos para algumas mulheres, a conjuntura política brevemente narrada acima nos coloca diante de um quadro de retrocessos, porém, a existência e a subalternidade das mulheres, e outros grupos (em toda a sua pluralidade interna) tem sido, cada vez mais evidenciada, e por conseguinte, questionada e combatida. Se por um lado, as instituições políticas deliberadamente excluem

³⁰ Conversa do TED, transcrição traduzida disponível em <http://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/> (acesso 01/07/2016)

e agem contra os interesses das mulheres, por outro, o grito de “não! não passarão!” já não é facilmente abafado.

Denúncias contra os retrocessos são feitos em organismos internacionais³¹, atos públicos de não reconhecimento da legitimidade do governo interino³², movimentos e ativismos de mulheres e jovens que ganham diferentes formas, como por exemplo as ocupações das escolas e atos contra cultura do estupro em todo o Brasil

Afirmamos que a opressão é uma construção social complexa. A ênfase nessas estruturas pode ofuscar as possibilidades de “dizer não”. Este não é nosso objetivo, estamos diante de injustiças sistemáticas, e a imobilidade só beneficiará os opressores. Enfocar na complexidade do problema, e na sua dimensão estrutural não significa solapar qualquer possibilidade de ação individual. Pelo contrário, a questão é que quanto mais desvendarmos as diferentes dimensões de um problema, menos iludidas estaremos para enfrenta-lo.

Os “nãos” podem ser construídos de diversas maneiras, e muitas vezes o grito não será de uma só vez transformador. Uma sociedade mais justa não se construirá de uma só vez. Sabemos, não há uma fórmula ideal para essa realização, porém, algo é certo: será no espaço público, será por meio da voz de demandas – plurais e heterogêneas – que as diferentes sujeitas e sujeitos se farão existir por ter sua existência reconhecida. O grito, certamente tentará ser sufocado, mas, estamos dispostas a uma vez mais bradar: “Não! Não passarão!”

³¹ A ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e a Conectas denunciaram nesta quinta-feira (23/06/2016), em uma assembleia do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), as ameaças de retrocesso dos direitos humanos, agravadas com a crise política. <http://www.revistaforum.com.br/2016/06/23/entidades-denunciam-que-iniciativa-do-governo-interino-ameacam-um-retrocesso-aos-direitos-humanos/> acesso em 27/06/ 2016

³² Atos em maio “Mulheres contra temer” - http://www.brasilpost.com.br/2016/05/15/mulheres-contra-temer-manifestacao_n_9986034.html publicado em 15/05/2016, acesso em 27/06/2016

Referencias

ALVAREZ, Sonia, E. **Para Além da Sociedade Civil: reflexões sobre o campo feminista.** Cadernos Pagu (43), janeiro-junho de 2014: 13-56

BRANDALISE, Camila; PEREZ, Fabíola. **O Grito das mulheres.** Revista Isto é. Isto é. Ano 38, n. 2397, 11 nov/ 2015.

BROWN, Wendy. **Suffering rights as paradoxes.** Constellations, v.7, n2, 2000.

CARDOSO, Bia. **Qual a revolução feminista das capas das revistas?** Em Blogueiras feministas. 9/11/2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/11/qual-a-revolucao-feminista-das-capas-das-revistas/>

ELIAS, Maria Ligia G G R; Machado, Isadora V. **Fighting Gender Inequality: Brazilian Feminist Movements and Judicialization as a Political Approach to Oppose Violence Against women.** 24th World Congress of Political Science , Poznań, Poland - RC07 Women, Politics and Developing Nations, July 23-28, 2016

ELIAS, Maria Ligia G. G. R. **Liberdade como não interferência, liberdade como não dominação, liberdade construtivista. Uma leitura do debate contemporâneo sobre a liberdade.** 2013, 149f. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ELMAN, R. Amy. **Gender Violence.** Oxford Handbooks Online. 2013-08-01. Oxford University Press.

HIRSCHMANN, Nancy. **The subject of liberty: toward a feminist theory of freedom.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.

SACCHI, Angela, **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas.** Revista Antropológicas, 1-2; Volume: 14, 2003, pp. 95-110

SMOOTH, Wendy. **Standing for Women? Which Women? The Substantive Representation of Women's Interests and the Research Imperative of Intersectionality.** Politics & Gender, 7, 2011; pp 436-441.

SPIVAK, Gayatri C. "Criticism, feminism and institution". [Entrevista concedida a Elizabeth Grosz]. In: SPIVAK, Gayatri C.; HARASYM, S. (eds.). **The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues.** New York; London: Routledge, 1990. Disponível em: http://www.amazon.com/s/ref=ntt_atr_dp_sr_2?_encoding=UTF8&field-author=Sarah%20Harasym&ie=UTF8&search-alias=books&sort=relevancerank>. Acesso em: 31 mar. 2014.

YOUNG, IRIS. **Gender as seriality: thinking about woman as a social collective.** *Sings:* Journal of Woman in Culture and Society, University of Chicago, v. 19, n. 3, 1994.

YOUNG, Iris. **Justice and the politics of difference.** Princeton University Press, 1990.

